

Ao Protocolo Legislativo para registro, em seguida à CDF e CDF.

Em, 09, 07, 01.

Stamar Ribeiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
Em 09 / 07 / 01
Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º PLC 1143 /2001

Desafeta área pública de uso comum do povo na Região Administrativa do Gama, RA II, autoriza sua doação com encargos e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação original a área pública de uso comum do povo, medindo quatro mil metros quadrados (4.000 m²), entre as Quadras 12 e 16 do Setor Oeste do Gama, Região Administrativa II, observado mapa anexo.

§ 1º A desafetação de que trata este artigo fica condicionada a realização de audiência pública, na forma do art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 2º A área ora desafetada passa a constituir quatro novas unidades imobiliárias, cada uma com mil metros quadrados (1.000 m²), com a seguinte destinação:

- I – um destinada a uso institucional atividade culto;
- II – três destinadas a uso institucional atividade comunitária.

Art. 2º Fica o Distrito Federal, por intermédio do órgão competente de sua Administração Pública, autorizado a doar, com encargos, a área de que trata o § 2º do art. 1º, à Igreja Cristã Maranata, CNPJ 27 056.910 / 0001-42.

Parágrafo único – A doação será feita pelo instrumento jurídico adequado, nos termos do art. 1º e incisos I, II e III do art. 2º, da Lei nº 2.688, de 2001, dispensada a licitação nos termos da parte final do art. 17, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 3º Como contrapartida à doação efetivada na forma desta Lei Complementar, o donatário adotará as medidas necessárias para o atendimento a menores carentes, através de atividades ocupacionais.

§ 1º É de um ano, contado da assinatura do instrumento de doação, o prazo para que o donatário inicie o cumprimento dos encargos previstos neste artigo.

§ 2º O donatário detalhará em projeto, a ser apresentado ao órgão competente da Administração Pública, que fará parte integrante do instrumento de doação, como serão desenvolvidas as atividades de que trata o caput.

Art. 4º O donatário fica obrigado a cumprir os encargos de que trata o artigo anterior pelo prazo mínimo de cinco anos.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo previsto neste artigo, fica o donatário desobrigado dos encargos por ele assumido, passando a área mencionada no art. 1º desta Lei Complementar aos usos e atividades permitidos pelas normas vigentes.

Art. 5º O descumprimento das condições impostas por esta Lei Complementar ou pelo instrumento de doação enseja a reversão do bem ao patrimônio do Distrito Federal, sendo resguardado ao donatário o amplo direito de defesa.

Parágrafo único – Em caso da reversão de que trata o caput, o Poder Executivo, indenizará as benfeitorias realizadas.

Art. 6º A área a ser doada, para os efeitos do art. 2º da Lei nº 2.688, de 12 de fevereiro de 2001, está avaliada em R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Parágrafo único – O valor de que trata o caput resultou da multiplicação do número de metros quadrados da área a ser doada, 1000 m², pelo valor do metro quadrado do lote localizado na EQ 24/30, do Setor Oeste do Gama, destinado a templo, como consta da tabela de valores venais aprovada pela Lei nº 2.650, de 27 de dezembro de 2000.

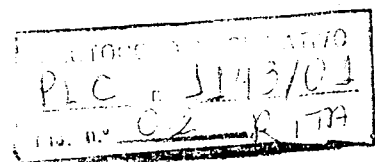
Art. 7º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contados da publicação da presente Lei Complementar, adotará as medidas necessárias para que a doação seja efetivada.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A Igreja Cristã Maranata encontra-se realizando seus cultos em uma casa no Setor Oeste da cidade, sendo necessária a disponibilização de lote para que amplie suas atividades, atendendo, inclusive à comunidade carente do setor. Constatamos que não existe área destinada a templo disponível próxima da que propomos doar à igreja.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Aproveitamos esta propositura para destinar também área para atividades comunitária na EQ 12/16, com a criação de três lotes, cada um com mil metros quadrados, onde a população poderá desenvolver atividade de creche, centro comunitário e outras que venham a atendê-los.

Pelo exposto, solicitamos a compreensão de nossos pares para a aprovação da presente proposição, que irá beneficiar a comunidade do Gama.

Sala das Comissões,



RAJÃO
Deputado Distrital - PMDB

